

IDENTIFICAÇÃO E NOTIFICAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: AÇÃO PREVENTIVA COM TRABALHADORAS/ES DA SAÚDE

Saúde

Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)

BOGUCHEWSKI, C.¹; JOSE, J. N.²; GONÇALVES, G. W.³; SANTOS, K.A.⁴;
CASAGRANDE, G. A. E.⁵.

RESUMO

A metodologia proposta foi um curso oferecido a trabalhadoras/es da Unidade de Saúde da Mulher e das Unidades Básicas de Saúde do município de Irati-PR. Foram realizadas ações em uma Unidade de Saúde da Mulher e 10 Unidades Básicas de Saúde, no período entre janeiro e março de 2022, das quais participaram 99 trabalhadoras/es. Os resultados apontam sensibilização para as notificações e troca de experiências entre equipe executora e público-alvo do curso.

Palavra-chave: SINAN; UBS; violência doméstica; NUMAPE.

1 INTRODUÇÃO

Segundo a OMS (2002), a violência contra as mulheres é uma questão de saúde pública, esta que se manifesta majoritariamente como violência doméstica, e possui impactos na saúde física e mental das mulheres (SCHRAIBER, 2001), gerando atendimentos na área da saúde, mesmo quando não se trata da violência física. Nesse sentido, se faz necessário e relevante levar a discussão sobre a violência doméstica, área de atuação do Núcleo Maria da Penha (NUMAPE), para os serviços de saúde, principalmente as Unidades

¹ Camila Boguchewski, graduada em psicologia (Unicentro) e bolsista no Núcleo Maria da Penha (NUMAPE/I).

² Juliane Nunes Jose, graduanda em Psicologia (Unicentro) e bolsista no Núcleo Maria da Penha (NUMAPE/I).

³ Gabriela Walter Gonçalves, graduanda em Psicologia (Unicentro) e bolsista no Núcleo Maria da Penha (NUMAPE/I).

⁴ Kátia Alexandra dos Santos, professora adjunta do curso de Psicologia (Unicentro), Coordenadora do Núcleo Maria da Penha (NUMAPE/I).

⁵ Giovana de Andrade E. Casagrande, graduanda em Psicologia (Unicentro) e bolsista no Núcleo Maria da Penha (NUMAPE/I).

Básicas de Saúde (UBS), que são a porta de entrada para estas mulheres nas políticas públicas no município.

Nesse campo, o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) é um importante instrumento. Um dos objetivos dessa notificação é dar visibilidade a situações de violência no campo da saúde, pensando no princípio da Equidade presente no SUS, o qual sinaliza que devem ser oferecidas maiores condições de acesso e promoção/prevenção à saúde de populações consideradas mais vulneráveis.

A partir da Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003 (BRASIL, 2003), a notificação dos casos de violência contra mulher se tornou compulsória aos serviços de saúde, tanto públicos quanto privados, o que significa dizer que, quando qualquer profissional de saúde percebe uma suspeita ou uma situação de violência, ele/a tem o dever de preencher a ficha de notificação de forma compulsória, além da realização de um atendimento humanizado e dos encaminhamentos necessários, pensando junto da mulher. É relevante enfatizar que a notificação não tem caráter de denúncia, servindo apenas para diagnóstico epidemiológico, uma vez que é a principal fonte de dados da Vigilância Epidemiológica.

Pesquisa recente intitulada “Violência contra a mulher em Irati-PR: mapeamento da incidência e da rede de enfrentamento” identificou que existe uma grande subnotificação dos casos de violência doméstica, especialmente no campo da saúde. (SANTOS; LOURENÇO; CHIMIN, 2021). Por exemplo, em 2019, 2020 e 2021 foram notificados apenas 44, 18 e 14 casos de violência contra mulheres, respectivamente. Essas constatações serviram de base para pensarmos na intervenção relatada no presente artigo.

2 METODOLOGIA

Constituíram a equipe executora a coordenadora do projeto, duas psicólogas, duas advogadas, 4 estagiárias da graduação e uma estudante de mestrado. Foram realizadas ações em uma Unidade de Saúde da Mulher e 10 Unidades Básicas de Saúde, no período entre janeiro e março de 2022, das quais participaram 99 trabalhadoras/es. Os encontros tiveram duração de 2h presenciais e mais 8h remotas, totalizando 10h para as participantes. O conteúdo

dos encontros foram os tipos de violência, Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), legislação sobre notificação no campo da saúde, especificidades da ficha do SINAN, formas de encaminhamento e rede de atendimento em Irati-PR.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As ações nas unidades de saúde do município de Irati-PR, além de cumprirem o objetivo para com as participantes, foi bastante proveitoso no que diz respeito às profissionais e estudantes que ministraram os cursos. O objetivo da fala foi apresentar os diferentes tipos de violência contra a mulher e discutir como identificar cada uma, além de conscientizar acerca da importância da notificação da violência doméstica através da ficha de notificação de violência interpessoal ou autoprovocada do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Foi discutida a forma com que essas mulheres chegam até os serviços de saúde e possibilidades de acolhimento e encaminhamento a partir dos serviços que compõem a rede de proteção e enfrentamento de violência contra a mulher no município.

Durante a apresentação sobre cada tipo de violência que a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) tipifica, muitas vezes surgiam dúvidas e apontamentos sobre as dificuldades em se reconhecer determinados tipos de violência, como por exemplo a violência psicológica, verbal ou moral. Foi pensado em conjunto com as/os profissionais sobre formas de abordagem e também possíveis encaminhamentos em caso de suspeita e reconhecimento da rede de proteção à violência contra mulher. Além disso, foram exemplificados cada tipo de violência, como por exemplo, em relação à violência patrimonial, que inclui não só destruir ou impedir o acesso de objetos e documentos da mulher, mas também impedir que ela estude e trabalhe, considerando que este seria um meio para que ela alcançasse a independência financeira.

Foram compartilhados dados da pesquisa já mencionada (SANTOS, LOURENÇO, CHIMIN, 2021), que realizou um levantamento dos dados do município referentes a: o número de notificações realizadas pela ficha SINAN, número de medidas protetivas de urgência e de boletins de ocorrência registrados, número de atendimentos do CREAS relacionados à violência

doméstica, e também número de atendimentos do NUMAPE, todos no período de 2018 a 2021.

Esses dados foram utilizados para fomentar a discussão da diminuição da notificação através da ficha do SINAN enquanto a notificação por outros meios se manteve alta no passar dos anos, o que aponta para uma subnotificação. Debateu-se acerca de como a subnotificação de dados neste sistema pode gerar a conclusão de que essas violências não estão ocorrendo e também como, a partir do preenchimento das fichas, são gerados dados epidemiológicos importantes para o mapeamento e identificação de onde percorrem essas violências, quem as praticam e quais as populações mais vulneráveis. Por fim, afirmou-se a importância desses dados para a solicitação de políticas públicas e investimentos voltados à proteção das mulheres em situação de violência.

A partir dessas ações foi possível dialogar diretamente com os profissionais de saúde sobre as dificuldades e potencialidades no preenchimento da ficha SINAN. Foi mencionado pelos trabalhadores a dificuldade em relação ao preenchimento de determinados campos, que causavam constrangimento ou ainda confusão, até mesmo na forma de abordagem, principalmente nos campos relacionados à identidade de gênero e sexualidade. Além disso, a extensão da ficha e a compreensão de que poderia se configurar como denúncia também foram trazidas como elementos dificultadores.

Em relação a como identificar que uma mulher passa por situação de violência e, a partir disso, acolhê-la, foi discutido sobre as repercussões das violências na saúde das mulheres. As/os profissionais compartilharam suas experiências em relação ao atendimento desta população, afirmando que geralmente percebem aquelas violências que são físicas e/ou sexuais e, portanto, “visíveis”. Em relação a isso, utilizamos a literatura de Schraiber (2001) para discutir com as/os profissionais as diversas manifestações de situações de violência, tais como: dores que não se localizam, quadros de ansiedade, depressão, queixas que são tidas como “vagas” e aquelas que não se solucionam.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do objetivo da proposta extensionista foi possível produzir sensibilização para a importância da identificação e notificação de situações de violência, como forma de acesso a políticas públicas para mulheres. Foram identificadas dificuldades de manejo para identificação e preenchimento da ficha do SINAN, além do desconhecimento da rede para encaminhamento por parte dos profissionais. Contudo, o contato por meio do curso promoveu aproximação com o projeto de extensão Núcleo Maria da Penha, o qual colocou-se como referência para auxiliar em demandas relacionadas ao tema.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei nº. 10.778, de 24 de novembro de 2003**. Diário Oficial da União, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.778.htm. Acesso em: 27 jul. 2022.

BRASIL, **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm. Acesso em: 27 jul. 2022

OMS. Organização Mundial de Saúde. **Relatório Mundial de Violência e Saúde**. Genebra: OMS, 2002. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/04/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2022.

SANTOS, Kátia Alexsandra; LOURENÇO, Alexandra; CHIMIN JR, Alides Baptista. Violência contra a Mulher em Irati-PR: Mapeamento da Incidência e da Rede de Enfrentamento. IN: VIANA, Ana Cristina Aguilar et al (orgs). **Gênero e Interseccionalidade**. Memórias do IV Encontro de Pesquisa por.de.sobre Mulheres. Curitiba: GRD Editora, 2021, Vol. 2. p. 245-262.

SCHRAIBER, LILIA, B. Violência contra as mulheres e políticas de saúde no Brasil: o que podem fazer os serviços de saúde?. São Paulo: **Revista USP**, nº 51, p. 104-113, set/nov 2001. Disponível em: revistas.usp.br/revusp/article/view/35104. Acesso em: 27 jul. 2022.